

António Louçã - Hitler e Salazar. *Comércio em tempos de guerra (1940-1944)*, Lisboa, Terramar, 2000, 266 p.

Dando continuidade a um esforço de investigação jornalística (primeiro) e historiográfica (depois) - também de empenhamento cívico - encetado em 1994, António Louçã publica uma versão ampliada do texto da dissertação de mestrado defendida, a 18 de Maio de 2000, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O objecto de estudo integra temas como os laços económico-financeiros entre Portugal e a Alemanha nos anos de 1933 a 1945; as relações político-ideológicas e diplomático-militares entre o Estado Novo e o Terceiro Reich nos anos de 1936 a 1945; a gestão, entre outros, dos dossiers "volfrâmio", "armamento" e "ouro nazi" no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Relativamente às possibilidades de desenvolvimento do trabalho, foi o autor confrontado com dois ambientes contrastantes. Por um lado, as suficientes ou boas condições de acesso e a riqueza informativa de bibliografia e documentação impressa nacional ou estrangeira (alemã, suíça, sueca, espanhola, norte-americana, inglesa, francesa, canadiana, israelita, polaca, holandesa), de documentação escrita não-impressa estrangeira (alemã, suíça, francesa).

Em sentido inverso, deparou com a opacidade - ausência de referência a negociações e a processos de decisão essenciais -, as limitações de consulta, a inacessibilidade (por défice de inventariação), a destruição ou o desaparecimento - de forma intencional ou em resultado do caos arquivístico vigente - de muita da documentação escrita não-impressa nacional. Destacam-se os arquivos Oliveira Salazar, do Banco de Portugal, de bancos comerciais e outras empresas

privadas, da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado; da Comissão Reguladora do Comércio dos Metais e da Inspeção do Comércio Bancário, dos Gabinetes dos Ministros das Finanças, da Economia e da Guerra, dos Subsecretários de Estado do Comércio e Indústria, da Guerra.

Quanto às condições logísticas, relevantes em termos de disponibilidade de tempo, de capacidade de deslocação e estadia, António Louçã viu ser-lhe negada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia - tutelada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - uma bolsa de mestrado no âmbito do Programa Praxis XXI. O projecto de tese, apresentado sob a orientação de Fernando Rosas, não garantiria "conduzir a resultados que mostrem os problemas em causa a uma luz essencialmente diferente daquela a que vêm sendo estudados na actualidade".

Diversos factores contribuem para tornar ainda mais difícil de entender a explicação apresentada por aquele organismo público: a) Portugal é, depois da Turquia, o país neutral ou não-beligerante durante a Segunda Guerra Mundial onde menos se tem abordado a problemática do "ouro nazi"; b) as três outras iniciativas de investigação em curso sobre a citada questão resultavam de encomendas institucionais - por parte do Banco de Portugal, do Governo e do Ministério dos Negócios Estrangeiros; c) o candidato era o único historiador português que se propunha utilizar, numa escala significativa, documentação e bibliografia germânica e suíça de língua alemã.

É, hoje, possível verificar que, efectivamente, *Hitler e Salazar. Comércio em tempos de guerra (1940-1944)* diverge e, em certo sentido, polemiza com *Nota breve sobre as transacções de ouro do Banco de Portugal (1939-45)*, de Joaquim da Costa Leite (Lisboa, 1997, fotocopiado); o *Relatório da Comissão de Investigação sobre as transacções de ouro efectuadas entre autoridades portuguesas e alemãs durante o período compreendido entre 1936 e 1945* (Lisboa, 1999, fotocopiado); *A neutralidade portuguesa e o ouro nazi*, de António José Telo (Lisboa, MNE/Quetzal Editores, 2000).

Nos dois primeiros casos, trata-se, antes de mais, de uma discordância estrutural perante a natureza sumária, lacunar e instrumental das leituras aventadas - sobretudo condicionadas por motivações de ordem ideológica? Um tal balanço resulta, quer das características dos textos em si, quer da comparação com os relatórios 'congéneres' já apresentados em países como a Suíça, a Suécia, Espanha, a Argentina, etc. Afasta-se, também, de alguns dos vectores de

reconstituição factual e de parte das interpretações propostas no estudo, com outra amplitude, exaustividade e grau de objectivação, assinado por António José Telo.

O Capítulo 1 da Primeira Parte ("Economia de guerra alemã e fornecimentos portugueses") abarca a evolução da economia germânica desde a subida ao poder do Partido Nacional-Socialista (1933) até à generalização do conflito desencadeado com a invasão da Polónia (1939-1941). Destaque para as "insuficiências" da mesma numa perspectiva de criação de condições para o estabelecimento do domínio do Terceiro Reich sobre a Europa (no longo prazo, à escala mundial); para as estratégias desenvolvidas com o objectivo de superar esses mesmos bloqueios; para os vectores de complementaridade entre a procura alemã e a oferta portuguesa.

Em "Mercadorias por mercadorias" (Capítulo 2), aprofunda-se a caracterização e a análise do intercâmbio económico-financeiro entre Berlim e Lisboa nos anos de 1941 a 1944, ou seja, dentro de uma lógica de conflito total, de intensificação da guerra económica entre os dois blocos em confronto, de agravamento da situação de economia de guerra imposta a Portugal: Estado neutral integrado na "esfera de influência" das potências anglo-saxónicas mas empenhado, por motivos "de ordem pragmática" e devido às suas próprias concepções político-ideológicas e estratégicas, em aprofundar o relacionamento com o Terceiro Reich.

Tendo em conta os resultados da investigação concretizada pelo historiador Willi A. Boelcke, depois de confirmar e enriquecer os elementos de reconstituição já antes estabelecidos por outros estudiosos - o peso alcançado pelos subsectores do volfrâmio e do armamento, a exigência das autoridades de Lisboa em que Berlim liquidasse as suas dívidas preferencialmente em bens (escassos), o empenhamento mútuo em evitar, até tão tarde quanto possível, a limitação ou o corte do relacionamento comercial luso-germânico -, António Louçã apresenta, ainda, aquela que é, talvez, a descoberta mais inovadora do seu trabalho.

Uma vez contabilizada a totalidade do armamento alemão fornecido ao nosso país (em parte substancial ausente dos dados oficiais publicados pelo Instituto Nacional de Estatística), o saldo efectivo da balança comercial bilateral reduz-se significativamente. Fica, assim, por justificar grande parte do ouro adquirido pelo Banco de Portugal. Dito de outra forma: se os produtos, a moeda estrangeira

e o ouro entrados valiam mais do que as mercadorias exportadas, as divisas convertíveis e o metal precioso excedentários foram utilizados pelo Terceiro Reich, com o conhecimento ou o acordo tácito do Governo do Estado Novo, para comprar escudos que tornavam possível um diversificado leque de actividades legais, clandestinas ou ilegais em Portugal, Espanha, América Latina, etc.¹

O Capítulo 3 ("Ouro e francos por mercadorias") procura esclarecer o emaranhado de negociações, acordos, transacções e transportes de divisas ou ouro que tiveram como destinatário final o banco central português. Apesar dos indícios que apontam para existência simultânea de outros circuitos, as limitações de tempo ou as dificuldades de acesso a documentação levaram a que sejam referidas 'apenas' as ligações mais importantes, envolvendo o Banco de Portugal e o Governo de Lisboa, o Reichsbank e o Executivo de Berlim, o Banque National Suisse, o Governo de Berna e bancos comerciais helvéticos, o Banco de Pagamentos Internacionais.

Em "O Banco de Portugal e a origem do ouro do Reichsbank" (Capítulo 4), consideram-se a proveniência originária do "ouro nazi" directa ou indirectamente adquirido pelo nosso país - o segundo maior comprador final, só ultrapassado pela Suíça -, a margem de manobra e o grau de consciência das autoridades nacionais quanto aos métodos utilizados por Berlim para obter grande parte daquele metal precioso, o tipo de vínculos existentes entre o Governo e a administração do Banco de Portugal, a postura assumida pelos Aliados ao longo das diversas etapas da guerra².

¹ "Se os números das estatísticas oficiais portuguesas nos dissessem a verdade e nada menos do que a verdade sobre as vendas de bens e serviços à Alemanha, então deveríamos concluir que os acordos se cumpriram graças ao armamento e que a balança comercial das mercadorias transaccionadas entre os dois países andou muito próximo do equilíbrio sempre exigido pelos negociadores portugueses. Graças à decisiva parcela "armamento", a parte alemã satisfaz as exigências portuguesas no comércio autorizado pelos dois governos.

Ao tomarmos em conta as aquisições de material bélico ignoradas nessa estatística, vemos o défice alemão de 1941 reduzir-se, por exemplo, em cerca de 80%-. O de 1943 praticamente desaparece. O défice total dos anos de 1940-1943 desce de 1376416 para 757818 contos - ou seja, baixa para pouco mais de metade. O problema é que estes números estão muito longe de conter toda a verdade das relações entre os dois países: apesar do quase equilíbrio na balança de mercadorias com licença de exportação de um lado e do outro, o facto é que os pagamentos em ouro e divisas irão ocupar um papel central, literalmente até ao último dia da guerra europeia." (p. 76)

² "Em 1944, o Banco faz acompanhar pelo Ministério das Finanças todo o processo de discussões

A Segunda Parte ("A discussão actual sobre o ouro nazi"), na íntegra acrescentada ao texto da dissertação académica, resulta num comentário informado mas, também, assumidamente motivado por uma postura de militância cultural, acerca dos debates científicos e político-ideológicos que, a nível internacional e nacional, versam as temáticas do "ouro nazi", da neutralidade, do colaboracionismo com e da resistência ao Eixo durante a Segunda Guerra Mundial - as duas primeiras mantidas em segredo ou evitadas, pelos diversos poderes, mesmo nas sociedades demoliberais e democráticas, até meados década de 1990 (até ao pós-"guerra fria").

Entre as iniciativas públicas realizadas e os estudos divulgados, mereceram referência individualizada a Conferência "Espoliação e restituição", Genebra, 23 a 25 de Junho de 1997, organização do Centro Simon Wiesenthal - sem a presença do Estado português; a Conferência de Londres sobre o Ouro Nazi, 2 a 4 de Dezembro de 1997, organização do Governo do Reino Unido - a delegação oficial portuguesa não apresentou qualquer comunicação; a Conferência "Economia de Guerra e Ouro Nazi", Lisboa, 27 e 28 de Fevereiro de 1998, organização do Instituto de História Contemporânea da FCSH da UNL e do Goethe-Institut Lissabon; a Conferência "Empresas no Período do Fascismo na Europa", Paris, 26 e 27 de Novembro de 1998, organização da Society for European Business History; os relatórios de comissões oficiais de investigação em actividade na Suíça, Suécia, Espanha, Argentina, EUA, Reino Unido; o relatório preliminar de Joaquim da Costa Leite para o Banco de Portugal, o relatório da "Comissão Soares" para o Governo português, o estudo de António José Telo para o MNE.

Para além das "Conclusões", das "Notas" e das "Fontes e bibliografia", a obra integra, ainda, um conjunto de "Anexos" - quadros estatísticos, diagramas explicativos dos circuitos de pagamento entre o Reichsbank e o Banco de Portugal (directos ou intermediados pelo sistema bancário suíço), cronologia

com o Reichsbank, no sentido de tentar demovê-lo de novos pagamentos em ouro. Em Abril, ao verificar que os alemães se obstinam em continuar a pagar com ouro os saldos de volfrâmio e as compras de escudos, o Banco escreve a Lumbrales, o titular da pasta das Finanças: "Não podendo [...] tal operação ser encarada, no momento actual, apenas no seu aspecto bancário, considerou-se indispensável consultar Sua Excelência, o Sr. Ministro das Finanças, sobre a atitude que deveria ser tomada". E Lumbrales manda responder que o Banco deve continuar a aceitar o ouro. para não prejudicar as delicadas negociações que estão a realizar-se noutro tabuleiro." (p. 133)

do período delimitado entre 12 de Março de 1938 (início da anexação da Áustria pela Alemanha) e 8 de Maio de 1945 (rendição incondicional do Terceiro Reich), glossário, siglário - e um índice remissivo, particularmente úteis tanto a outros investigadores como ao leitor mais generalista.

Encerra-se a presente recensão com algumas notas críticas e sugestões de trabalho futuro. Desacordo, em primeiro lugar, com a escolha editorial de colocação das "notas de fim de página" num espaço segregado; eventual possibilidade de mais clara explicitação de quais foram os principais protagonistas individuais, organizacionais e institucionais envolvidos, bem como dos enquadramentos legais vigentes; dadas as limitações de tempo inerentes a uma dissertação de mestrado, talvez se tivesse justificado restringir o número de questões delimitadas em favor do maior aprofundamento dos temas nucleares - Portugal e o "ouro nazi", aquisições de armamento e de tecnologia militar, opções de política externa do Estado Novo.

Mesmo tendo em conta as já citadas dificuldades de acesso a documentação escrita não-impressa, seria relevante procurar conhecer melhor que informação chegava a Portugal e como se encarava - no Governo e no aparelho de Estado, entre as elites regionais/locais do regime, na Igreja e Acção Católica Portuguesa, nos sectores patronais, nas oposições, nas 'opiniões públicas' - o Holocausto e os outros vectores da actuação do Eixo, o comportamento dos Aliados ocidentais e da URSS, a evolução das operações militares e dos equilíbrios europeus/mundiais.

Estudar-se-ia, ainda, a actividade, quer dos bancos comerciais e outras empresas privadas nacionais ou presentes em Portugal Continental (eventualmente através da consulta de arquivos norte-americanos), quer as conexões entre a nossa realidade e a *holding* Sofindus, sediada em Espanha mas de capitais alemães - propriedade do Estado nacional-socialista, principal responsável pelo efectivar do comércio com a Península Ibérica. Uma outra fonte de informação passaria a estar disponível caso se procedesse à recolha sistemática da documentação oral (da memória vivenciada) ainda sobrevivente e disponível.